

## The institutionalization of education and Social Work in Braga in the year of 1964

### A institucionalização da formação em Serviço Social em Braga no ano de 1964

Ana Pedra\*

Arminda Ribeiro\*\*

Graça Correia\*\*\*

#### **ABSTRACT**

The aim of this article is to understand the process of institutionalization of the Social Work formation in the Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria in Braga, in the year of 1964. Firstly, the social, historical, political and ideological context, in which this initiative takes part, will be analyzed, concerning the Social Work institutionalization and the tendencies of formation in Portugal. Secondly, the historical research of Social Work will be emphasized based on oral evidence and documental research.

This research is an historical retrospective about the Social Work knowledge, and aims to answer the following questions: why the need of creating the Social Work Institute in Braga in the 1964 year? Why didn't consummate this project?

It is possible to conclude, based of documental sources, that the Social Work Institute of Braga was recognized by the Nacional Education Ministry by dispatch of 4 june of 1964. The project was ambitious and innovating, motivated by the Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria's concerns to respond Braga's social problems. Everything was prepared for the Institute to start its activity in august of 1965, but the project had a delay of two years, due to difficulties created by Maria Carlota Lobato Guerra, who could not assume the technical direction of Social Work Institute of Braga, and the lack of Social Work teachers, in addition to the end of Sister Leonor Fernandes' command, who was

---

\* Faculdade de Ciências Sociais, UCP-Braga e Associação Dar as Mãos - anapedra@hotmail.com

\*\* Faculdade de Ciências Sociais, UCP-Braga e Hospital de Braga - armindarib@sapo.pt

\*\*\* Faculdade de Ciências Sociais, UCP-Braga e Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Palmeira (IPSS). maria.graca@netcabo.pt

substituted by Sister Nascimento Serra, as the new Providencial Superior of the Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria.

**Keywords:** Estados Novo, Social Work formation, Social Work Institute of Braga

## RESUMO

Neste artigo, propomo-nos compreender o processo de institucionalização da formação em Serviço Social no Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, em Braga, no ano de 1964. Num primeiro momento, analisa-se o contexto sócio-histórico, político e ideológico na qual se inscreve esta iniciativa, tendo como referência a institucionalização do Serviço Social e as tendências da formação em Portugal. Num segundo momento, coloca-se a ênfase na importância da pesquisa histórica em Serviço Social. Para tal recorreremos à evidência oral e pesquisa documental.

Esta pesquisa, de carácter exploratório, configura uma retrospectiva histórica sobre a construção do conhecimento em Serviço Social procura responder às seguintes interrogações: Porque é que surgiu no ano de 1964 a necessidade de criar o Instituto de Serviço Social em Braga? Porque é que este projeto de formação não se concretizou?

Através das fontes documentais conclui-se que o Instituto de Serviço Social de Braga foi reconhecido pelo Ministério da Educação Nacional por Despacho de 4 de junho de 1964. O projeto de formação, ambicioso e inovador para a época, surgiu da preocupação do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria em responder aos problemas sociais existentes na cidade de Braga. Apesar de estar tudo preparado para o Instituto iniciar a sua atividade em agosto de 1965, o projeto foi adiado por dois anos, devido à dificuldade criada pela D. Maria Carlota Lobato Guerra<sup>1</sup> de não poder assumir a direção técnica do Instituto de Serviço Social de Braga e à falta de professores para lecionar as cadeiras de Serviço Social, factos que coincidiram com o término do mandato da Irmã Leonor Fernandes que foi substituída pela Irmã Nascimento Serra como nova Superiora Providencial do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria.

**Palavras-chave:** Estado Novo, formação em Serviço Social, Instituto de Serviço Social de Braga.

---

<sup>1</sup> Ex Diretora do Instituto de Serviço Social de Lisboa é convidada pela Irmã Leonor para ser a futura Diretora do ISSB.

## 1. A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO NOVO E A IGREJA CATÓLICA

No ano de 1926, Portugal entrou num regime político de ditadura militar. Em 1933, com a revisão e adaptação de uma nova Constituição, iniciou-se um novo regime, também ele autoritário, o qual se designou por Estado Novo. A nova Constituição Portuguesa defende que cabe ao Estado a gestão de todas as atividades sociais, nomeadamente a saúde pública, a defesa da família, a proteção à maternidade e a melhoria das condições sociais dos mais desfavorecidos.

No I Congresso da União Nacional (1934), ficou definido o papel do Estado na Assistência Social Pública e o seu posicionamento face às iniciativas particulares<sup>2</sup>. A Previdência Social (Lei n.º 1884 de 16 de maio de 1935) passou a prevenir riscos profissionais como a velhice, doença, invalidez, morte, encargos familiares nos setores da indústria, comércio e serviços (Pimentel, 1999). Nesta época, assistiu-se à reconciliação entre o Estado e a Igreja, tendo em vista uma menor responsabilidade do Estado pela questão social<sup>3</sup>, remetendo-a para uma assistência corporativa. Passou a caber à Igreja a gestão da ação social.

A relação entre o Estado e a Igreja Católica foi determinada pelos vínculos históricos estabelecidos entre Portugal e a Cúria Romana (Santa Sé), mais propriamente a posição que o Estado Novo assumiu perante a Igreja Católica Portuguesa e a atitude desta face ao regime. O Papado exerceu influência sobre a formação política portuguesa quando compreendeu e aceitou a seriedade e a viabilidade do projeto político português (Martins, s/d).

Salazar celebra com a Santa Sé a Concordata de 7 de maio de 1940 que consagra diversos privilégios à Igreja Católica, consignada na Constituição de 1933. Esta Concordata dá à Igreja Católica Romana inúmeros privilégios e poderes (Valente, 1999). Apesar da Concordata, assinada em Maio de 1940, ter sido classificada de “Concordata da Separação”, a Igreja Católica foi de novo favorecida pelo poder político instalado em Lisboa, tornou-se um elemento indispensável para o regime enquadrar as populações na sua “Missão Civilizadora”, para fundar e dirigir escolas (Ibidem).

Na sequência da II Guerra Mundial (1939-1945), o Estado Novo passou por uma crise, o que originou uma crescente intervenção do Estado face à situação económica e social do país. Assiste-se à reorganização da Assistência Social que passa a integrar as funções sociais do Estado<sup>4</sup>, com a publicação do Estatuto da Assistência Social. Com o assumir

---

2 A Assistência Pública em Portugal foi instituída em 1911, ano da instauração da primeira república, altura em que surgiu o Fundo Nacional da Assistência e a Direção Geral da Saúde e, dois anos volvidos, o Ministério do Trabalho e da Previdência Social (Lei n.º 494). O Estado pretendia a erradicação da pobreza/mendicidade dos espaços públicos. De referir também que após o ano de 1933 surgiram os sistemas de assistência e previdência social do Estado Novo. Entre as iniciativas particulares, para além da Igreja Católica, contou-se também com a participação da Condessa de Rivas, figura pública que se dedicou a obras de assistência infantil, ao propor uma escola de Serviço Social e ao considerar que a assistência era uma obrigação da sociedade (Pimentel, 1999).

3 A questão social surge no século XIX, decorrente do processo de industrialização. O seu núcleo orgânico assenta na desigualdade e na injustiça social, originada na confluência da relação entre capital e trabalho (Castel, 1998).

4 A Assistência Social foi reorganizada em 1945 (Dec. Lei n.º 35 108, de 8 de novembro de 1945), cabendo em primeiro lugar, ao espírito caridoso dos portugueses e à iniciativa particular e, só depois, ao Estado (Pimentel, 1999).

do Estado das funções de assistência iniciam-se um conjunto de alterações que implicam diretamente com o Serviço Social, que se vão manifestar nas décadas de 50/60 do século XX, por consequência do fenómeno da industrialização.

Do ponto de vista político as eleições presidenciais de 1958 (candidato Humberto Delgado) dividiram o país e, nessa mesma altura, D. António Ferreira Gomes pronunciou-se contra o regime o que abalou a aliança do regime e das autoridades e a sua relação com a Igreja (Valente, 1999).

Segundo Barreto (1999), Portugal apresentava uma sociedade rígida e conservadora, economicamente atrasada, socialmente opressiva e culturalmente bloqueada e obscurantista. Factos sociais como a emigração para a Europa e o turismo europeu passam a deslocar-se para o país com consequências sociais, culturais, económicas e políticas. As principais mudanças sociais ocorreram devido a uma desagregação com os valores do antigo regime, estando uma multiplicidade de fenómenos na sua origem, como por exemplo: os novos costumes e mentalidades, a gradual laicização da sociedade, o emprego das mulheres, a urbanização, a emigração, o desenvolvimento da educação, a alteração dos padrões da economia doméstica, entre outras.

Este quadro de mudanças dá-se em simultâneo com a adesão de Portugal à EFTA/AELE (Associação Europeia de Comercio Livre) com grande impacto a nível económico. Passámos de um país tradicionalmente rural, dando lugar a uma sociedade moderna e terciária em formação onde predominava a sociedade mais jovem da Europa.

## **2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E AS TENDÊNCIAS DA FORMAÇÃO**

Pensar na institucionalização do Serviço Social em Portugal obriga-nos a contextualizar este acontecimento face às mudanças sociais, políticas e económicas que marcaram o período do Estado Novo. As várias conjunturas históricas influenciaram a forma como os profissionais responderam às novas questões e desafios colocados na sociedade.

Tal como afirma Martins (1999a), o Serviço Social em Portugal teve a sua génese e emergência nos anos 30 com a fundação da primeira Escola de Serviço Social, em Lisboa. A institucionalização do Serviço Social, na conjuntura da aliança do Estado Novo com a Igreja Católica, vem assim servir tanto os interesses do Estado como os da Igreja. À Igreja interessava que as assistentes sociais entrassem nos meios operários, prestassem assistência, difundissem a doutrina social da Igreja em colaboração com os movimentos da ação católica, inserindo-se na estratégia mais ampla de “cristianização” da sociedade. Como alternativa à Assistência Social e ao Serviço Social, a União Nacional (partido único do Estado Novo) propõe a criação de escolas de Serviço Social, sendo as assistentes sociais definidas como dirigentes idóneas, responsáveis, conscientes e ativas cooperadoras

da Revolução Nacional que têm de racionalizar e individualizar a assistência, moralizar os costumes e contribuir para a formação da consciência nacional.

Neste sentido, o Serviço Social no quadro jurídico-legal português é perspectivado de diferentes formas: como uma forma de ação social mais humana que a assistência pública; como instrumento ideológico e doutrinário da restauração moral e educativa da família; como resposta assistencial às necessidades das famílias operárias, colocada no terreno da política social ou como questão de justiça social, justificada pelo liberalismo económico (Decreto-Lei n.º 30.135/39).

Impõe-se uma mudança de atitude em relação ao indivíduo, bem como uma nova delimitação das tarefas do assistente social. O Serviço Social terá de associar a educação à assistência e aplicar técnicas para racionalizar e individualizar, moralizando os costumes conforme os valores religiosos e os ideais do regime. O seu trabalho nas organizações do Estado, de apoio à família, às mães e às mulheres é, essencialmente, doutrinário e educativo em detrimento de ações de tipo assistencial (Ibidem).

A concretização do novo projeto político seria consolidado quando estivessem garantidas as condições sobre o controlo do Estado e de regulação corporativa e de coação, no sentido de toda a sociedade ser mobilizada para a prioridade e estratégia de consolidação e legitimação ideológica do regime, designado pela “reforma da educação”, com particular destaque para o sistema educativo nacional e a hierarquia da Igreja.

Este é o quadro sociopolítico em que se inscreve o projeto de institucionalização do Serviço Social em Portugal com a criação de três escolas nos principais centros urbanos, proposta anunciada no II Congresso da União Nacional, em maio de 1934. À semelhança dos demais países europeus, em Portugal, a emergência e a institucionalização do Serviço Social está associada a um projeto conservador que se propunha reformar a sociedade pela moralização da vida social e a restauração dos valores da família tradicional, através do designado Catolicismo Social (Monteiro, 1996).

O Serviço Social em Portugal assenta num projeto humano, corporativo e cristão que se formou, em simultâneo, com a construção do Estado Novo. Assim, a institucionalização da formação das assistentes sociais é influenciada pelo seu quadro institucional, ideológico, político e social (Monteiro, 1996)<sup>5</sup>. Assume uma identidade legitimada dentro das estratégias definidas pelo regime e a intervenção das assistentes sociais é conotada como uma ação de cunho educativo, de ação católica, numa clara referência ao catolicismo social de *Le Play* (Silva, 2006).

Em Portugal, em abril de 1935, foi criada a primeira Escola de Serviço Social – Instituto de Serviço Social de Lisboa, tendo por suporte jurídico a Associação de Serviço Social, sob tutela do Patriarcado de Lisboa. Em 1937 é criada a Escola Nacional de Coimbra, pela Junta

---

5 Atente-se que é “uma estratégia sociopolítica, simbolizada pela tríade «Deus, Pátria e Família», através da qual Salazar se propunha restaurar a ordem social e preservar a identidade nacional” (Monteiro, 1996, p.46). Trata-se de uma ação de controlo do Estado e regulação corporativa e autoritária sobre a sociedade. Ou seja, uma “reforma das mentalidades” referenciada pelo “nacionalismo católico” decorrente de uma associação entre o conservadorismo nacionalista e o catolicismo social, nas palavras da autora.

de Província da Beira Litoral, e o Instituto de Serviço Social do Porto em 1956, pela Associação de Cultura e Serviço Social, sob a tutela da diocese do Porto (Negreiros, 1999b).

Em 1939, as escolas foram reconhecidas por enquadramento político-jurídico do sistema nacional que formalmente lhe atribui a responsabilidade dos assistentes sociais, segundo princípios e planos de estudos legalmente sancionados. Projeta-se a viabilização político-ideológica do projeto de criação dos Institutos de Serviço Social e seu enquadramento pelo Ministério de Educação Nacional, influenciada pelo movimento católico da época, em que a intervenção social preconizava uma ação moral e educativa.

As escolas de Serviço Social são de natureza privada com ligação à Igreja. Como refere Negreiros (1999b, p.14), “o ensino nelas ministrado é formalmente considerado superior, em 20 de Outubro de 1961, por Despacho do Ministro da Educação”.

A questão social impõe-se como sendo o contexto por excelência de profissionalização do Serviço Social; é o objeto de intervenção do assistente social. A década de 50 do século XX veio inaugurar mudanças profundas na sociedade e no regime, verificando-se uma tensão entre a vertente mais conservadora e as emergentes orientações da industrialização. Os seus reflexos evidenciaram-se a vários níveis, havendo necessidade de orientação para o poder económico e para a preparação de recursos humanos capazes de responder às novas necessidades sociais. O “ novo quadro legal que se enquadra numa estratégia de resposta à agudização das manifestações da questão social (...) exige um novo formato dos instrumentos de regulação social” (Silva, 2006, p.44).

Estamos perante a emergência de um projeto modernizador na formação em Serviço Social, instituído e regulamentado pela legislação de 1956. O reconhecimento superior (académico) na formação ganha expressão em publicações da época que “defendiam a criação de uma Universidade Católica, sob a justificação do carácter «Acatólico» da Universidade do Estado, e Católica por reacção a uma política educativa reorientada por relação ao poder económico” (Monteiro, 1995, p.61).

A aprendizagem da metodologia em Serviço Social emerge neste contexto com a introdução ao ensino dos métodos – caso, grupo e comunidade<sup>6</sup> – marcada, essencialmente, pelo contributo norte-americano. O investimento que se faz na aprendizagem dos métodos afigura-se como uma mudança de paradigma no Serviço Social, que denuncia o compromisso ético do Serviço Social com um projeto humanista na tentativa de se desvincular do conservadorismo (Silva, 2006).

---

<sup>6</sup> O método de caso é o primeiro método em Serviço Social, introduzido por Mary Richmond, cuja influência determinou a forma como o Serviço Social vai responder às questões da intervenção social. É um método que consiste em duas vertentes: por um lado, valoriza a relação entre assistente social e cliente; por outro lado, a realização do diagnóstico social. Assim, “o objetivo do Serviço Social deve ser o de ajudar o cliente dentro da sua personalidade a adaptar-se às circunstâncias e a funcionar racionalmente” (Mouro e Carvalho, 1987, p.40). Nos finais dos anos 30 e meados dos anos 40 do século XX, surgem o Serviço Social de grupo e Serviço Social de comunidade que valorizam novos campos de intervenção, nomeadamente ensino, habitação, organização local e regional etc. Estas tendências só se concretizam, de facto, através dos regimes da Segurança Social em 1950.

Em 1964, o Serviço Social em Lisboa assume uma posição política contrária à do regime, sendo que a institucionalização do Serviço Social no Porto apresenta-se já influenciada pelos movimentos católicos de crítica ao regime – movimentos progressistas, ala que atacou violentamente o Colonialismo do Estado Novo após ter saído fortalecida do Concílio Vaticano II (1962-1965)<sup>7</sup>, altura em que os assistentes sociais começam a questionar a conceção de Desenvolvimento Comunitário e a não democraticidade dos serviços (Martins, 2002).

Assim, o Serviço Social apresenta-se como uma profissão em movimento e “a marca desta trajetória de profissionalização do Serviço Social português é a conflitualidade, que produz consensos e ações proactivas, protagonizadas e desencadeadas por grupos profissionais e pelas Instituições Académicas” (Negreiros, 1999a, p.334).

Autores como Martins (2002) e Monteiro (1996) afirmam que é na convergência destes acontecimentos socio-históricos que os assistentes sociais começam a repensar a resolução dos problemas sociais, orientando a prática para as questões estruturais vinculadas às dinâmicas sociais em que se inscrevem, no contexto das mudanças económicas, políticas e sociais existentes nas sociedades industrializadas do ocidente. Por isso, a profissionalização do Serviço Social em Portugal não pode ser entendida fora da sua própria historicidade.

### **3. DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DAS RELIGIOSAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA AO ENSAIO DO INSTITUTO DE SERVIÇO SOCIAL EM BRAGA**

O Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria (IRSCM) foi fundado em França no século XIX. Surgiu para dar resposta às necessidades reais de Béziers, uma cidade no sul de França, completamente apanhada pelas consequências turbulentas da Revolução Francesa. Neste sentido, “o seu aparecimento pode considerar-se integrado no movimento geral das fundações de comunidades religiosas da época, numa tentativa, por parte da Igreja, de solucionar, através de instituições sociais e educativas, as carências existentes no país” (Sampaio, 1990, p.13).

O século XIX representa uma época de renovação em todos os sectores eclesiais franceses. Bispos, padres, religiosos e leigos empenham-se em dar resposta às questões levantadas pela sociedade, altura em que nasceram novas congregações religiosas que penetram em todos os sectores carenciados.

A originalidade da fundação do Instituto é idealizada pelo Padre Jean Gailhac, impulsionado pelo dinamismo da caridade, uma forma personalizada de ver a realidade e de intervir

---

<sup>7</sup> Em oposição ao Estado Novo, e contra uma política ideológica cooperativista e associativa, o Padre José Honorato Gomes Rosa (Presidente da Associação de Serviço Social) não autoriza que as alunas de Serviço Social façam estágio no Movimento Nacional Feminino - (Martins, 2002).

perante o contexto envolvente. Esta iniciativa insere-se na conjuntura desta época, marcada pelas tensões político-eclesiais dos séculos anteriores, uma vez que estas tiveram repercussões nas suas atitudes e opções e, conseqüentemente, na forma como se criou o IRSCM.

Os fatores inerentes a este processo apresentam características próprias na diocese de Montpellier, um contexto geográfico e eclesial marcado por um radicalismo de posições ideológicas. Embora portador de dinamismo e renovação, verdadeiramente enraizado no seu país, foi capaz de encontrar pessoas cheias de dinamismo e dedicação fortalecidas por uma profunda fé em Deus.

A vontade de recuperar o maior número de raparigas e a ideia de abrir um refúgio, em Béziers, vai ganhando forma. Com a ajuda dos seus amigos Eugène e Appollonie Cure<sup>8</sup>, Jean Gailhac abriu o refúgio onde estas mulheres podiam começar a reconstruir a sua vida. Posteriormente, seguiu-se a abertura do Orfanato. Assim, “o momento histórico e a problemática social que se vivia, Jean Gailhac, verificavam que tanto o Refúgio como o Orfanato eram respostas a algumas situações muito carenciadas, que estavam longe de serem resolvidas por outros meios” (Sampaio, 1990, p.68).

A 24 de fevereiro de 1849, véspera do primeiro Domingo de Quaresma, funda-se o IRSCM, com vista à recuperação e promoção da vida de mulheres em risco. Após a aprovação e benção do Bispo da Diocese, que passa a ser o seu protetor, Appollonie Cure, Eulalie Vidal e Rosalie Gibbal, numa pequena cerimónia presidida por Jean Gailhac, tomam posse da direção da Obra do Bom Pastor, com a determinação de se darem totalmente a Deus.

Nesta época, a França procurava desenvolver o ensino e a Igreja, por sua vez, considerando importante a educação das futuras gerações, resolveu investir também neste campo. Desde então, as Religiosas do Sagrado Coração de Maria dedicaram-se a este trabalho, não só em França mas também em outros países. Até 1936, as comunidades de todos os países dependiam diretamente da Superiora Geral da Casa Mãe: França – Béziers. Nesse mesmo ano, Portugal propõe a organização do Instituto em províncias. Esta divisão está relacionada com a autonomia em termos humanos e financeiros de um conjunto de Irmãs que dependem diretamente do Conselho Geral. A vice-província consiste na partilha do Governo e gestão dos recursos com outra província. O Generalato, sediado em Roma, engloba a Comunidade de Governo Geral, constituída por Irmãs de diferentes províncias.

Em Portugal, o Instituto chegou ao Porto em 1871, através da Irmã de Madre St. Thomas Margaret Hennessey que aí tinha um colégio inglês. O sentimento anticlerical existente no nosso país e a antipatia para com os franceses em nada contribuiu para um acolhimento das irmãs vindas de França. A educação das jovens era uma necessidade urgente e o colégio estabelecido no Porto depressa se tornou um dos melhores da cidade.

---

<sup>8</sup> Em 13 de abril de 1850, Appollonie Cure passou a chamar-se Mère Saint-Jean e foi a primeira Superiora Geral do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria. Assim sendo, o Padre Gailhac é o fundador do IRSCM e a Irmã Mère Saint-Jean deve ser considerada a co-fundadora.



Em 1956, o IRSCM compra a Quinta da Armada em Braga com o objetivo de aí instalar o Noviciado que funcionava no Largo das Carvalheiras. Dois anos mais tarde, após algumas adaptações da casa, transfere-se o Noviciado para a Quinta da Armada.

Em 1964, inicia-se o processo do ensaio da institucionalização da formação de Serviço Social em Braga, cujo local de funcionamento seria nas instalações do Solar da Torre, situado no Largo Paulo Orósio.

#### **4. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM BRAGA: UM PERCURSO INACABADO?**

Sabe-se que a investigação em Serviço Social é uma prática científica, construída e legitimada desde as primeiras décadas do século XX nos países em que a institucionalização do Serviço Social fez parte dos espaços académicos. Para Baptista (2001, p.8), “a investigação tem como horizonte a compreensão e explicação do real e constitui-se num meio de resposta aos desafios que se colocam historicamente (...) em contextos de regimes ditatoriais ou democráticos, que se tem colocado ao Serviço Social, desde os anos 60”.

A importância da pesquisa histórica afigura-se, neste contexto, como um elemento fundamental para analisar o processo de institucionalização da formação em Serviço Social no IRSCM, em Braga, no ano de 1964. Este trabalho de carácter exploratório configura uma retrospectiva histórica sobre a construção do conhecimento em Serviço Social com origem nas seguintes interrogações: Porque é que surgiu no ano de 1964 a necessidade de criar o Instituto de Serviço Social em Braga (ISSB)? Porque é que a institucionalização da formação em Serviço Social em Braga não se concretizou?

Para descrever o processo do ensaio da institucionalização da formação em serviço social em Braga no ano de 1964 foram utilizados excertos das cartas e jornais da época e algumas entrevistas por nós realizadas.

A partir da sistematização dos dados recolhidos, constatou-se que esta iniciativa inscreve-se no contexto sócio-histórico e nas matrizes políticas e ideológicas inerentes à institucionalização do Serviço Social em Portugal, ficando nítido que existia uma relação entre os interesses do Estado e da Igreja, no sentido de implementar o seu projeto político e ideológico no âmbito académico em Braga.

Na carta redigida em 15 de fevereiro de 1964<sup>9</sup>, a Irmã Maria Leonor Fernandes, em nome do IRSCM em Portugal – Lisboa, comunica à Exma. Senhora D. Maria Carlota de Magalhães Lobato Guerra:

---

<sup>9</sup> Arquivo Geral do IRSCM de Lisboa, Carta (nº1) de 15 de fevereiro de 1964, dirigida pela Irmã Maria Leonor Fernandes à D. Maria Carlota de Magalhães Lobato Guerra.

*“Só hoje posso confirmar a fundação do Instituto de Serviço Social, agradecendo a valiosa colaboração de V. Exa. que a facilita.” Mais afirma que “Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Arcebispo Primaz, a quem expus o nosso plano no passado dia 11, não hesitou em dar a necessária autorização, incitando-nos a que andássemos o mais depressa que pudéssemos, dizendo que previa já a larga projecção desta obra. Outra condição indispensável era a colaboração dos professores da Faculdade Pontifícia de Filosofia, esta também assegurada, sendo necessário assentar na orgânica do futuro do Instituto e preparar o processo para apresentar no Ministério da Educação Nacional:(...) a tratar de conseguir a indispensável ajuda económica, quer da parte do Governo, quer de entidades particulares (...)”.*

Neste excerto, verifica-se que o processo contou com a colaboração e o envolvimento dos vários poderes locais e de entidades de âmbito nacional. Estava também previsto a contratação dos professores da Faculdade Pontifícia de Filosofia de Braga e tencionava-se recorrer à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e à Faculdade de Medicina da Universidade do Porto<sup>10</sup>. Neste âmbito, a assistente social entrevistada referiu *“(...) que havia contactos com professores portugueses e espanhóis (...) portanto, queríamos uma coisa em grande (...)”*. Ou seja, *“(...) porque só existiam três escolas de Serviço Social a nível nacional (...)”*.

Nota-se ainda que a institucionalização do Serviço Social está vinculada a “uma complexa articulação dos poderes político, religioso e social” (Monteiro, 1995, p.48). A relação entre o Estado e a Igreja durante o tempo de ditadura, nas sociedades tradicionais, estava associada às necessidades/ou condições de vida das populações marginalizadas (económica, social e politicamente) e são mantidas na esfera da responsabilidade privada (do indivíduo, da família e/ou da sociedade religiosa). Nesta altura, também em Braga a Igreja assumia um papel fundamental no que diz respeito aos problemas sociais e às questões da família, mantendo uma relação estreita com o Estado. Assim,

*“tem vindo a Acção Católica Portuguesa, (...), a debruçar-se sobre os problemas da Família — problemas que são, sem dúvida, dos mais vivos e candentes no panorama actual da vida portuguesa (...). A família constitui o núcleo da sociedade (...). Os Bispos Portugueses não podem (...) deixar de abençoar a campanha que tem vindo a realizar, neste sector da vida nacional (...) é sua obrigação defender a família das insídias que a ameaçam e criar-lhe condições para que possa expandir-se normalmente e atingir seus objectivos (...) ao Estado não compete apenas a defesa, na ordem jurídica, da instituição familiar. Compete-lhe também a defesa da moralidade pública contra todas as formas de corrupção”<sup>11</sup>.*

<sup>10</sup> Arquivo Geral do IRCSM de Lisboa, Carta (nº3) de 26 de fevereiro de 1964, dirigida pela Irmã Maria Leonor Fernandes ao Ministério da Educação Nacional.

<sup>11</sup> Arquivo Municipal de Braga, Diário do Minho nº 14735, de 16 de outubro de 1964, p. 1.

Conforme Monteiro (1996), o Serviço Social em Portugal assenta num projeto “humano, corporativo e cristão” que se formou em simultâneo com a construção do Estado Novo. Da mesma forma, a institucionalização da formação das assistentes sociais é influenciada pelo quadro institucional e ideológico da ditadura militar e do pensamento conservador. Foi no terceiro Colóquio Nacional do Trabalho e da Previdência Social que se salientou que o aparecimento do corporativismo é uma solução para os problemas sociais.

*“(...) o ano de 1963 foi o ano da Previdência e o de 1964 foi o da regulamentação do Trabalho, talvez o de 1965 possa ficar assinalado pela Legislação Rural (...) e sobretudo o compromisso de continuar na senda do progresso e da justiça social iniciada há 30 anos”<sup>12</sup>.*

Verifica-se que, na conjuntura da aliança do Estado Novo e da Igreja Católica, a institucionalização do Serviço Social vem servir os interesses da Igreja e do Estado. Poder-se-á dizer que durante este período o Serviço Social associa a educação à assistência, tende a aplicar técnicas para racionalizar e individualizar, moralizando os costumes segundo os valores religiosos e do Estado Novo.

As fontes documentais<sup>13</sup> analisadas mostram-nos que a política e a ideologia inerente a este processo está patente no papel desempenhado pelo episcopado de Braga. Figuras políticas e instituições religiosas envolvidas estavam preocupadas com os novos problemas sociais que o momento que se vivia na época trouxe ao de cima<sup>14</sup>. Como figuras representativas destacam-se o novo Arcebispo Primaz de Braga, Dom Francisco Maria da Silva, o Presidente da Câmara Municipal de Braga, Viriato Nunes, o Governador Civil Francisco Pessoa Monteiro, a Faculdade de Filosofia e o IRSCM, todos eles preocupados com a questão social em Braga, evidenciada nos “(...) problemas turísticos, económicos e indústria (...)”<sup>15</sup>.

O Serviço Social está eminentemente interligado com a intervenção nas manifestações da questão social. À semelhança da criação das escolas de Lisboa, Coimbra e Porto, a iniciativa de Braga tem o propósito de responder novamente à Questão Social.

Outra grande preocupação das individualidades envolvidas neste processo era “colocar Braga no primeiro plano de estudos superiores”<sup>16</sup>, palavras enunciadas pelo Arcebispo Primaz de Braga aquando do trigésimo aniversário do Instituto Beato Miguel de Carvalho - Faculdade de Filosofia. De facto, a 22 de outubro de 1964 é noticiado que,

---

12 Arquivo Municipal de Braga, Diário do Minho nº 14714, de 24 de setembro de 1964, p. 1.

13 Espólio de 19 cartas do arquivo documental do IRSCM em Lisboa e notícias do jornal Diário do Minho do ano de 1964 e 1965.

14 Arquivo Municipal de Braga, Diário do Minho nº 14296, de 13 de fevereiro de 1964, p. 1.

15 Arquivo Municipal de Braga, Diário do Minho nº 14388, de 17 de maio de 1964, p. 1.

16 Arquivo Municipal de Braga, Diário do Minho nº 14724, de 4 de outubro de 1964, p. 1.

*“Braga, que não teve, que não tem os seus Estudos Superiores, [tinha] uma irrequietude intelectual como poucas terras (...). Bem gostaríamos, se Deus nos der vida que, por exemplo, um «XIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências», a realizar em 1968 tivesse lugar adentro dos muros da velha e austera «Bracara Augusta». (...) não falta pano de fundo, muito menos homens à altura de nessa terra Capital de Província, concretizarem o sonho em realidade, (...) a criação pura e simples dos Estudos Universitários”<sup>17</sup>.*

Nesta data, o Diário do Minho refere:

*“(...) o nome que Braga possui com larga e ampla protecção no campo intelectual e científico, e muitíssimo mais religioso (...). Para nós encarámo-la mais sobre o ponto de vista de arte, já que vive mais na habilidade e perspicácia do que do grau científico (...) «A Roma de Portugal»; pouco lhe falta para esta objectividade, bastando atentar-se na sua Faculdade de Filosofia, hoje um valor incontestável no universalismo de Portugal”<sup>18</sup>.*

Numa carta de 3 de março de 1964, o Reitor da Faculdade de Filosofia comunica ao Ministro da Educação Nacional que o Conselho de Pontifícia Faculdade de Filosofia é de parecer que:

*“O Instituto de Serviço Social em Braga será um passo feliz nas medidas que tendem a criar novos centros de estudo e investigação a nível superior e facilitará a muitos alunos que concluem o ensino médio, o acesso a uma formação cultural, humana e social mais ampla, o que vem a beneficiar não só esta região, mas contribuirá para o progresso do nível intelectual e técnico de Portugal (...)”<sup>19</sup>.*

A este propósito, a Irmã Maria Leonor Fernandes escreve para o Ministério da Educação Nacional, reconhecendo a vantagem da fundação de um ISSB em nível superior, segundo exigências legais deste ensino “em nome do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria em Portugal e como sua Superiora Provincial, posso comunicar a Vossa Excelência que dispomos já de edifício adequado – no Largo Paulo Orósio<sup>20</sup>. Por conseguinte, o Ministério da Educação Nacional pede à irmã Superiora Provincial do ISCM em Portugal,

17 Arquivo Municipal de Braga, Diário do Minho, n° 14741 de 22 de outubro de 1964, p. 3.

18 Arquivo Municipal de Braga, Diário do Minho, n° 14741 de 22 de outubro de 1964, p. 1.

19 Arquivo Geral do IRCM de Lisboa, Carta (n°4) de 3 de março de 1964, dirigida ao Ministro da Educação Nacional pelo Reitor da Faculdade de Filosofia.

20 Arquivo Geral do IRCM de Lisboa, Carta (n°3) de 26 de fevereiro de 1964, dirigida ao Ministro da Educação Nacional pela Irmã Leonor Fernandes.

em resposta à primeira carta, para enviar o pedido de concessão de alvará (planta das instalações, memória descritiva da planta e nota de material escolar e didáctico para o curso)<sup>21</sup>.

Tal como é referido na carta de 30 de abril de 1964, enviada pela Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina - à Irmã Maria Leonor Fernandes, foi criado,

*“(.. .) pela Portaria n.º 20 258 de 22 do corrente mês, no Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário, deste Instituto, o curso de Serviço Social que começará a funcionar no próximo ano lectivo. Faz referência ao plano curricular do Curso de Serviço Social, às condições de acesso dos alunos, (.. .)”<sup>22</sup>.*

De facto, esta portaria vem criar um novo curso de Serviço Social no quadro do ensino público, no Instituto de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (ICSPUI), por Despacho do Ministério da Educação Nacional de 27 de abril de 1964, para a qualificação dos assistentes sociais com uma formação permeada pelas questões ultramarinas (Martins, 1999a).

A orientação do plano curricular inscreve-se na linha do Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário emitido para a formação dos assistentes sociais. Aquando da institucionalização da formação em Serviço Social em Braga, previa-se uma formação com duração de quatro anos, uma aposta nos métodos de caso, grupo e comunidade e em metodologias de planeamento, com estágio curricular a realizar na comunidade.

De facto, o ISSB inscreve-se nesta linha orientadora, (Serviço Social Comunitário) tal como se confirma na carta de 9 de junho de 1964, enviada pela futura Diretora, Maria Carlota de Magalhães Lobato Guerra, às duas futuras professoras: D. Maria Palmira que lecionaria a cadeira de Serviço Social de Trabalho; D. Maria Elisa que lecionaria Serviço Social no Campo da Família. Pretendia-se dar resposta aos problemas relacionados com a indústria, turismo família tendo em conta a exigência que se impunha para a formação naquela época.

Esta análise exige uma (re)construção inserida no contexto socio-histórico e cultural das relações concretas através de um processo dialético que reivindica, por um lado, equacionar a investigação e, por outro lado, analisar a intervenção profissional. A assistente social inquirida concluiu no ano de 1963 a sua formação em Serviço Social na “Escola Normal Social de Coimbra”. Frequentou um curso de quatro anos consecutivos à semelhança do que iria decorrer no ISSB, como consta do Plano Curricular em anexo na carta de 3 de março de 1964. Este plano foi influenciado pelas tendências do Serviço Social Comunitário, decorrentes da emergência de um projecto modernizador na formação,

---

21 Arquivo Geral do IRCSM de Lisboa, Carta (nº5) de 10 de março de 1964, dirigida à Irmã Leonor Fernandes pelo Ministério da Educação Nacional.

22 Arquivo Geral do IRCSM de Lisboa, Carta (nº7) de 30 de abril de 1964, dirigida à Irmã Leonor Fernandes pela Universidade Técnica de Lisboa.

preconizado pela legislação de 1956 que coloca a exigência da questão do nível académico na formação dos assistentes sociais, que ganha expressão em publicações da época (Silva, 2006).

A carta de 15 de fevereiro de 1964 reforça a ideia de que esta iniciativa foi levada a cabo pela D. Maria Carlota, até então Diretora do ISSL, mas que por razões políticas foi afastada da direção (Martins, 2002). Nesta altura, a Irmã Maria Leonor representava o IRSCM, mostrando ser uma pessoa dinâmica e preocupada com os problemas sociais, revelando um espírito inovador para a época. Isto é visível no seu discurso quando escreve para a fundação Amélia Silva Mello a comunicar a importância da iniciativa da criação do ISSB pelo IRSCM.

*“(…) Impõe-se um trabalho de prospecção do meio que tem que ser feito pelo contacto directo com a população, com os serviços e com as instituições da comunidade, e pelo concurso solicitado aos vários organismos de estudo e de investigação que no país se ocupam das questões industriais, agrárias ou outras. (...) Há que aproveitar os trabalhos já existentes relativos a vários sectores que se interessam pelo conhecimento do meio, é necessário coordenação dos elementos dispersos, e tentar obter um perfil social da região tão actualizado e significativo quanto possível (...)”<sup>23</sup>.*

Nesta época, “um dos primeiros questionamentos das assistentes sociais, prende-se com o carácter assistencialista do serviço social” (Martins, 2002, p.7), decorrente das influências da perspectiva desenvolvimentista no país e, a consequente crise do Serviço Social tradicional nos anos 60. É do conhecimento comum que existiu um número significativo de assistentes sociais que se manifestaram contra as práticas impostas pelo regime. Parafraseando as palavras da assistente social quando questionada acerca deste facto “*nunca ninguém nos proibiu (...). Eu nunca me senti limitada em nada, rigorosamente nada (...)*”. Em resposta às seguintes questões responde: Na sua perspectiva os ideais políticos que vigoraram durante o período de ditadura limitavam a prática das assistentes sociais? “*Nós trabalhávamos naquilo que podíamos e com aquilo que tínhamos (...) eu nunca senti nenhuma resistência do regime (...) em sítio nenhum e eu corri muitos serviços (...) sentia era uma incapacidade por partes dirigentes, como ainda hoje existe (...). Eu não queria entrar em políticas, porque todos nós somos animais sociais*”. O assistente social tinha espaço para intervir? “*Tanto quanto agora, quer intervir e não tem recursos (...) a filosofia é exatamente a mesma*”.

O Instituto contribuiria para a formação cultural, humana e social da comunidade de Braga. Em 10 de março de 1964 obteve-se a concessão do alvará e, finalmente, a 15 de junho de 1964 foi concedida a autorização para o funcionamento do Instituto no ano letivo<sup>24</sup>.

---

23 Arquivo Geral do IRSCM de Lisboa, Carta (nº12) de 3 de março de 1965, dirigida pela Irmã Maria Leonor Fernandes à Fundação da Amélia da Silva Mello.

24 Carta dirigida pelo Ministério da Educação Nacional à superiora provincial do IRSCM.

A 4 de março de 1965, a Irmã Leonor comunica ao Ministro da Economia que “O Instituto de Serviço Social foi superiormente aprovado por despacho de 04 de Junho de 1964 merecendo desde o início (...) apoio moral das autoridades civis, religiosas e académicas”<sup>25</sup>, reconhecido por enquadramento político e jurídico do Sistema Nacional.

*“O Instituto de Serviço Social iniciou os seus trabalhos em Outubro de 1964 numa fase de preparação e estudo indispensável a um trabalho eficiente, pois não é possível trabalhar para a melhoria de determinada região não conhecendo bem e não é uma visão superficial que permite descortinar as determinantes profundas dos fenómenos sociais”<sup>26</sup>.*

Assim, observámos nas palavras da Irmã Leonor na carta de 04 de março de 1965 a evidência da criação do ISSB:

*“Há anos que a cidade de Braga, por meio de ilustres entidades do distrito, vinha a formular a aspiração de possuir um Estabelecimento de Ensino Superior para a formação de Assistentes Sociais atendendo à colaboração que assim poderia ser prestada aos múltiplos aspectos de desenvolvimento da região. Não tendo sido possível às ilustres autoridades civis realizar o desejo de abertura do referido Estabelecimento de Ensino, o Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria em Portugal, convicto de prestar assim a melhor cooperação à Igreja, empenhou-se em conseguir para Braga esse benefício de necessidade tão reconhecida, instalado em casa sua, no Solar da Torre no Largo Paulo Orósio (...)”<sup>27</sup>.*

Todo este processo da criação do Instituto foi finalizado em 18 de setembro de 1965 como consta na carta:

*“O Instituto de Serviço Social de Braga comunica ao Professor Doutor José do Patrocínio Bacelar – Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia a dificuldade criada pela Exma. Senhora D. Maria Carlota Lobato Guerra de não poder assumir a direcção técnica do ISSB e, ainda a falta de professores para as cadeiras de Serviço Social, foi resolvido que o Instituto de Serviço Social de Braga interrompesse a sua actividade durante dois anos, provendo-se que o início dos cursos para formação de Assistentes Sociais se efective em Outubro de 1967”<sup>28</sup>.*

---

25 Arquivo Geral do IRCSM de Lisboa, Carta (nº13) de 04 de março de 1965, dirigida pela Irmã Maria Leonor Fernandes ao Ministro da Economia.

26 Arquivo Geral do IRCSM de Lisboa, Carta (nº12) de 03 de março de 1965, dirigida pela Irmã Maria Leonor Fernandes à Fundação da Amélia da Silva Mello.

27 Arquivo Geral do IRCSM de Lisboa, Carta (nº13) de 04 de março de 1965, dirigida pela Irmã Maria Leonor Fernandes ao Ministro da Economia.

28 Arquivo Geral do IRCSM de Lisboa, Carta (nº17) de 18 de setembro de 1965, dirigida ao Professor Doutor José do Patrocínio Bacelar – Reitor da Faculdade Pontifícia de Filosofia pelo Instituto de Serviço Social de Braga.

Segundo a assistente social entrevistada, “(...) o Instituto foi um nado morto (...). Trata-se de uma iniciativa falhada (...) a futura Diretora era idónea, tinha problemas de saúde, facto que pode também estar associado a questões políticas (...)”<sup>29</sup>. Por isso, o percurso realizado até ao momento permite-nos dizer que a criação da escola de Serviço Social em Braga foi um processo inacabado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em Serviço Social relaciona-se, por um lado, com o processo histórico e social em que o acontecimento decorre e, por outro lado, com os elementos intrínsecos do próprio Serviço Social inserindo-se na dinâmica das relações sociais na época estudada (Baptista, 2001).

O estudo, de carácter exploratório, permitiu-nos visualizar a dialéctica inerente ao movimento da apreensão do sujeito frente ao objeto a ser explorado. A impressão que nos apresenta é que a investigação poderá ser foco de estudos para outros pesquisadores do Serviço Social, ficando grande estímulo por parte de todos os que contribuíram para este trabalho e também da Professora Doutora Alcina Martins que lançou o desafio para a sua realização.

A proposta deste trabalho incidiu sobre a construção do conhecimento em Serviço Social ao refletirmos sobre o processo de institucionalização da formação em Serviço Social no IRSCM, em Braga, no ano 1964. Por um lado, procuramos perceber porque surgiu no ano de 1964 a necessidade de criar o Instituto de Serviço Social em Braga e, por outro lado, compreender porque é que esta iniciativa não se concretizou.

À semelhança da criação dos Institutos de Lisboa, Coimbra e Porto, o projeto do ISSB assenta nos mesmos pressupostos políticos e ideológicos inerentes à política do Estado Novo. A necessidade da sua criação prende-se com duas ordens de razão: responder à questão social - problemas turísticos, económicos e industriais emergentes da cidade de Braga- tal como foi referido no discurso do Governador Civil (Diário do Minho a 17 de Maio de 1964); e colocar Braga no primeiro plano dos estudos superiores a nível (inter)nacional.

Na altura, Braga não tinha Estudos Superiores e houve uma inquietude intelectual no sentido de se criar os Estudos Universitários ao realizar em 1968 o «XIX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências», considerando que a Capital de Província dispunha de todas as condições para concretizar esse sonho.

---

<sup>29</sup> Importa referir que no ano de 1964 “as tensões e conflitos entre a direcção do Instituto de Serviço Social de Lisboa com a entidade jurídica de suporte, a Associação de Serviço Social que integra os professores universitários e figuras ligadas ao regime político, encontrando-se vinculada ao Patriarcado, são evidenciadas várias situações. A que vamos mencionar esta associada à divulgação e à influência da psicologia dinâmica, psicanálise, grupo de análise nos métodos de serviço social (finais dos anos 50 e princípio da década de 60), que não sendo aceite pela entidade jurídica de suporte, conduz à demissão da directora, a assistente social Maria Carlota de Magalhães Lobato Guerra e com ela sai o grupo de docentes de serviço social que lhe estava próximo” (Martins, 2002, p. 4), sendo substituída pelo Padre José Honorato Gomes Rosa que assume uma posição política contrária à do regime.



De facto, o ISSB foi aprovado por Despacho de 04 de Junho de 1964 com apoio moral das autoridades civis, religiosas e académicas da cidade de Braga, uma vez que se pretendia dar formação especializada.

Foi possível aferir que, do ponto de vista legal, o ISSB existiu, sendo reconhecido pelo enquadramento político e jurídico do Sistema Nacional de Educação. E que o IRSCM procurou formar pessoas para responder às necessidades sociais – questão social – visto ser uma instituição inovadora, ligada à educação e preocupada em dar resposta aos problemas sociais emergentes/existentes na cidade de Braga.

A concretização desta iniciativa está patente nas fontes documentais (notícias e cartas) e na evidência oral (entrevistas). Representa uma procura constante por parte IRSCM de criar novas respostas para os problemas emergentes em Braga, associados a conflitos de ordem social e política, decorrentes do processo de industrialização e urbanização.

Fontes documentais existentes no arquivo IRSCM, referentes à criação do ISSB, comprovam que estava tudo preparado para este iniciar em agosto de 1965. Porém, por razões de saúde e políticas, D. Maria Carlota Magalhães Lobato Guerra, (ex Diretora do ISSL) não assumiu a direção do ISSB, adiando-se a sua abertura para outubro de 1967. Por outro lado, com o término do mandato da Irmã Leonor Fernandes e com a chegada da Irmã Nascimento Serra, como nova Superiora Provincial, o Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria optou por não dar seguimento ao Instituto de Serviço Social de Braga.

Apesar do empenho de todos os intervenientes envolvidos no processo da institucionalização da formação em Serviço Social em Braga, da necessidade e dos benefícios reconhecidos não foi possível a concretização do funcionamento do Instituto de Serviço Social de Braga.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baptista, M. V. (2001). Introdução à reflexão sobre a pesquisa histórica no Serviço Social. *Investigação em Serviço Social*, Lisboa/São Paulo: CPIHTS.
- Barreto, A. (1999). *A Situação Social em Portugal, 1960-1999*, Lisboa: ICS.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da Questão Social*. Vozes: Rio de Janeiro.
- Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria (1999). *Como um Rio Religiosas Sagrado Coração de Maria – 150 Anos – Éditions du Signe: Italy*.
- Martins, A. (1999a). *Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Martins, A. (1999b). Serviço Social e Investigação. *Serviço Social, Profissão & Identidade, que trajetória?* Lisboa/São Paulo-Edição dos Autores/Veras Editora, pp.45-65.

- Martins, A. (2002). Serviço Social Crítico em Tempos de Ditadura. *Estudos Documentos*, nº 23, CPIHTS: Coimbra, pp.1-18.
- Martins, M. G. (s/d). O Estado Novo e a Igreja em Portugal (1933-1974). *IV Congresso Português de Sociologia*.
- Monteiro, A. (1995). A formação académica dos assistentes sociais: uma retrospectiva crítica da institucionalização do Serviço Social no Estado Novo. *Intervenção Social*, nº11/12, pp.43-76.
- Monteiro, A. (1996). Serviço Social, marginalização e política social. *Intervenção Social*, nº 13/14, Lisboa: ISSSL, pp. 127-142.
- Mouro H. & Carvalho A. (1987). *Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra: Centelha.
- Negreiros, M. A. (1999a). *O Serviço Social uma profissão em movimento. A dinâmica académica profissional no Portugal pós-74*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tese de doutoramento em Serviço Social pp. 332-358.
- Negreiros, M. A. (1999b). Qualificação académica e profissionalização do Serviço Social – o caso Português. *Serviço Social, Profissão & Identidade, que trajetória?* Lisboa/São Paulo-Edição dos Autores/Veras Editora, pp.13-44.
- Pimentel, I. (1999). A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40. *Análise Social*. nº 2/3. pp. 477-508.
- Sampaio, R. C. (1990). *Uma Caminhada na Fé e no Tempo: A História das Religiosas do Sagrado Coração de Maria*. Braga: Imprimatur.
- Silva, M. C. O. (2006). *História e conhecimento profissional em Serviço Social: O Caso da Escola do Porto*, Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Valente, D. (1999). As relações Igreja-Estado em Portugal antes e depois do 25 de Abril de 1974. *Lusotopie*, pp. 271-275.
- <http://www.religiosas-sagrado-coracao-maria.pt>